



7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 3 de julho de 2025

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quarta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na quarta-feira	Últimos	Comercial, venda na quarta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,36% São Paulo	137.113	R\$ 5,420 (- 0,75%)	R\$ 1.518	R\$ 6,396	14,90%	14,91%	Janeiro/2025 0,16 Fevereiro/2025 1,31 Março/2025 0,56 Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26
0,02% Nova York	27/6 30/6 1/7 2/7	26/junho 5,498 27/junho 5,482 30/junho 5,434 1/julho 5,461					

COMÉRCIO EXTERIOR

Mercosul assina acordo com Efta

Em negociação desde 2017, o livre comércio com o bloco formado por Noruega, Suíça, Islândia e Liechtenstein possibilitará a redução de tributos e até a isenção na compra de produtos da região. Documento ainda precisa ser ratificado

» VICTOR CORREIA
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA



É um tratado muito abrangente, cobrindo desde comércio de bens e serviços até investimentos, propriedade intelectual e sustentabilidade. Significará mais previsibilidade e segurança jurídica para o nosso comércio

Geraldo Alckmin, vice-presidente da República

O Mercosul e a Associação Europeia de Livre Comércio (Efta, na sigla em inglês), fecharam, ontem, um acordo comercial que está em negociação desde 2017. O tratado foi firmado durante a Cúpula do bloco sul-americano, que está terminando hoje em Buenos Aires, Argentina. O acordo é considerado complementar ao firmado entre Mercosul e União Europeia (UE), e expande o acesso dos produtos brasileiros e sul-americanos ao continente. Os dois tratados ainda precisam ser ratificados, antes de entrarem em vigor. A Efta é formada por quatro países europeus: Noruega, Suíça, Islândia e Liechtenstein. São membros plenos do Mercosul: Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia.

O acordo inclui a isenção e redução de impostos para os produtos comercializados entre os países de ambos os blocos, a modernização de regras sanitárias, reforço no fluxo de investimentos, regras para compras governamentais e um marco normativo para proteger propriedades intelectuais. Segundo o Ministério das Relações Exteriores (MRE), os blocos trabalham para ratificar o tratado ainda em 2025 "Diante do contexto internacional de crescente protecionismo e unilateralismo comercial, o Acordo Mercosul-Efta é uma sinalização em favor do comércio internacional como fator para o crescimento econômico", disse o Itamaraty em nota. Juntos, os blocos incluem 290 milhões de pessoas e um Produto Interno Bruto (PIB) combinado de US\$ 4,3 trilhões.

No caso do Brasil, 99% do valor de produtos exportados para a Efta ficarão livres de impostos. Em contrapartida, o país vai isentar 97% do valor importado dos países europeus. O Itamaraty também estima uma série de benefícios para a economia brasileira, incluindo: R\$ 2,69 bilhões a mais no PIB; R\$ 660 milhões em investimentos; redução de preços aos consumidores; e aumento nos salários reais. Em nota, a Embaixada da Suíça no Brasil também celebrou o acordo, e afirmou que a decisão permite manter a concorrência com os produtos da União Europeia no mercado sul-americano. "Principalmente em tempos difíceis para a política comercial global, os acordos de livre comércio são um instrumento

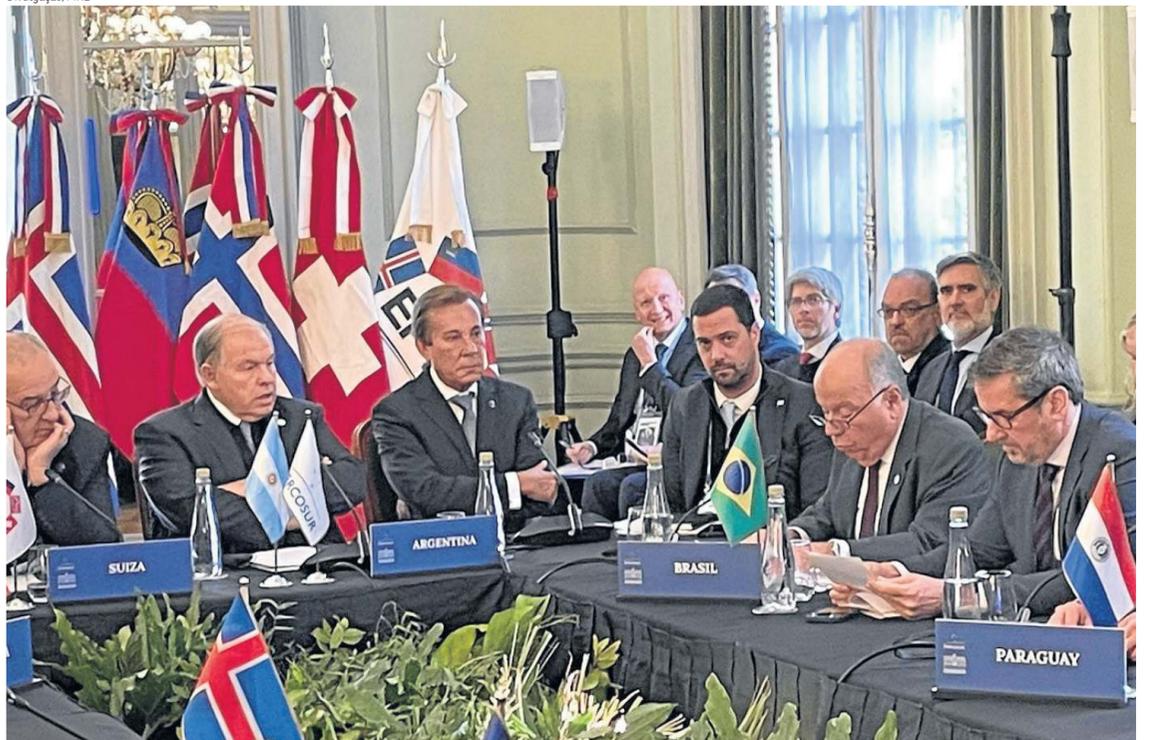
importante que permite à indústria exportadora suíça conquistar novos mercados e, assim, diversificar-se", disse a embaixada.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, também comemorou o fim das negociações. "É um tratado muito abrangente, cobrindo desde comércio de bens e serviços até investimentos, propriedade intelectual e sustentabilidade. Significará mais previsibilidade e segurança jurídica para o nosso comércio", enfatizou.

Mercosul-UE

Além das vantagens comparativas na exportação e importação de produtos entre os blocos, a oficialização dá um trato de livre comércio entre o Mercosul e o Efta pode ser configurado como um "passo importante" para que o grupo de países da América do Sul conclua o acordo com a União Europeia. Apesar de já firmado, ainda há resistências para cancelar o tratado no Parlamento Europeu, especialmente da França — que teme a competição com o agronegócio brasileiro "O acordo (Mercosul e Efta) é muito parecido com o que vai ser assinado com a União Europeia. A oficialização deste tratado é uma indicação positiva de um acordo envolvendo Mercosul e a UE. Então, é um passo importante", afirmou Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento.

Divulgação/MRE



Segundo o ministro Mauro Vieira, das Relações Exteriores (MRE), os blocos trabalham para ratificar o tratado ainda em 2025

Lula visitará hoje Cristina Kirchner

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai visitar hoje a ex-presidente da Argentina Cristina Kirchner durante sua viagem a Buenos Aires, onde participa da Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul. O encontro foi autorizado pela Justiça Federal da Argentina após pedido dos advogados de Kirchner, segundo informação do jornal argentino Clarín. Kirchner está em prisão domiciliar, condenada pela Suprema Corte por corrupção por fraudes em contratos e licitações quando ocupou a presidência, entre 2007 e 2015. Será a primeira vez que o mandatário vai ao país desde a eleição de Javier Milei para a presidência, em dezembro de 2023.

Lula prestou apoio publicamente à ex-presidente argentina após um telefonema no dia 11 de julho. "Falei da importância de que se mantenha firme neste momento difícil. Notei, com satisfação, a maneira serena e determinada com

que Cristina encara essa situação adversa e o quanto está determinada a seguir lutando", comentou nas redes sociais, à época. A conversa ocorreu no dia seguinte à condenação. Kirchner, por sua vez, nega as acusações e diz ser vítima de perseguição política.

Para Lula, o encontro, que até o fechamento desta edição não constava da sua agenda oficial, é uma retribuição à visita do então candidato à presidência da Argentina, Alberto Fernández, quando o petista estava preso na Superintendência da Polícia Federal de Curitiba, em 2019. Fernández é do mesmo grupo político de Kirchner, e foi eleito presidente naquele ano. O presidente volta ao Brasil ainda hoje, no início da tarde.

Mal-estar

A visita pode aprofundar o mal-estar com o atual presidente da Argentina, Javier Milei, opositor

de Kirchner. Os dois líderes já não possuem boa relação, principalmente por críticas de "corrupto", "ladrao" e "comunista" feitas por Milei contra Lula durante a campanha eleitoral, e pela proximidade entre o argentino e o ex-presidente Jair Bolsonaro. Em 2024, na primeira viagem de Milei ao Brasil após sua eleição, o argentino ignorou Lula e visitou Bolsonaro durante um evento da extrema-direita em Balneario Camboriú, Santa Catarina. Ele chamou o ex-presidente brasileiro de "perseguido judicial", devido aos processos do Supremo Tribunal Federal (STF) contra Bolsonaro.

Lula, por sua vez, tem evitado criticar a decisão judicial que levou Kirchner à prisão, atendo-se a prestar solidariedade à ex-presidente. Seu partido, porém, o PT, traça um claro paralelo com o encarceramento do chefe do Executivo entre 2018 e 2019 e aponta perseguição política pelo Judiciário

argentino. "Acompanhamos com profunda preocupação os ataques que visam deslegitimar sua trajetória política e afastá-la da vida pública, um padrão que lamentavelmente se repete em diversas nações da América Latina contra lideranças progressistas", manifestou-se a legenda no dia da condenação.

Não há previsão de encontro bilateral entre Milei e Lula hoje. Os dois se encontrarão na Cúpula do Mercosul, bloco que atualmente é presidido pela Argentina. A expectativa, inclusive, é que a reunião se atenha a temas econômicos, já que o governo argentino está, no momento, isolado dentro do bloco em questões políticas. Um dos destaques será a ampliação de 100 para 150 o número de produtos excluídos da tarifa comum do bloco, demanda feita por Milei. No evento, a Argentina passará a presidência rotativa para o Brasil.

Ed Alves/CB/DA-Press



Esperidião Amin (PP-SC) é autor do projeto que limita renúncia fiscal

CONTAS PÚBLICAS

PLC dos benefícios fiscais vai a plenário

» ISRAEL MEDEIROS

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, a tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar (PLC) 41 de 2019. O texto altera a Lei de Responsabilidade Fiscal e impõe critérios para reavaliação da concessão, renovação ou alteração de benefícios tributários a empresas. O assunto interessa ao governo e une a equipe econômica de Lula e os presidentes da Câmara e do Senado. Com a

aprovação da urgência, poderá pular a tramitação nas comissões e ser votado direto no plenário.

A proposta é de autoria do senador Esperidião Amin (PP-SC) e foi aprovada no Senado em 2023. Tramitava na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara sob a relatoria do deputado Rogério Correia (PT-MG), que preside a comissão. O relator no plenário ainda não foi definido. A expectativa é que o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB),

decida o nome quando voltar de sua viagem a Portugal, onde participa do Fórum Jurídico de Lisboa.

Segundo os cálculos do governo, a renúncia fiscal anual com benefícios e isenções tributárias é de cerca de R\$ 800 bilhões. Este é um dos principais enfoques do Ministério da Fazenda quando o assunto é colocar em ordem as contas públicas. A pasta já tentou derrubar alguns desses benefícios no início do governo Lula, como a desoneração da folha de pagamento de

17 setores, mas a reação dos lobbies no Congresso foi implacável.

No texto, as renúncias fiscais passam a compreender também anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, isenção não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições. Há também novas regras à concessão de tratamento preferencial ou diferenciado a grupos, atividades ou setores específicos.